



# CEST

Centro de Estudos Sociedade e Tecnologia



Universidade de São Paulo

Boletim - Volume 2, Número 2, Agosto/2017

## A importância do multissetorialismo na governança da Internet

**Nathalia Sautchuk Patrício**

Originalmente, o conceito de Governança da Internet compreendia os processos de concepção e de administração das tecnologias necessárias para manter a Internet operacional. Com a evolução e o gradual aumento do número de usuários e da importância social e econômica da Internet, esse conceito evoluiu para incluir, além do conjunto de meios materiais e lógicos que constituem a Internet e sua infraestrutura, as instituições que a definem e a administram, e os atores envolvidos nesses processos, bem como as políticas e decisões derivadas de tais arranjos, as quais impactam o interesse público.

Mais de uma década se passou desde os debates da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS/CMSI) ocorridos entre os anos de 2003 e 2005, quando a Governança da Internet tornou-se um tema de relevância na agenda política

global. A ausência de foro específico ou mecanismo formal no plano internacional para a tomada de decisão sobre temas relacionados ao funcionamento da Internet e aos conflitos oriundos de seu uso pela sociedade pode ser interpretada como uma lacuna por parte das estruturas tradicionais de poder. Este vácuo tem sido preenchido pela ação de diversos atores (não apenas os governos) em múltiplos processos, que têm permitido o funcionamento contínuo da Internet e sua expansão em escala global.

Atualmente, a Governança da Internet é um conjunto de processos multidisciplinares -- que conta com a participação de governos, da sociedade civil e da iniciativa privada -- não apenas para discutir as dimensões tecnopolíticas da rede, suas consequências técnicas, sociais, econômicas e de política pública, mas também o desenvolvimento e a execução de princípios, normas, regras, procedimentos decisórios e programas compartilhados que delinham a evolução e o uso da Internet.

Não há uma instância decisória única na Governança da Internet. Sua governança pode ser vista como um ecossistema no qual coexistem múltiplos foros, assuntos e atores. Dentre os diversos assuntos e processos que fazem parte da Governança da Internet,

pode-se apontar, de maneira didática, três importantes grupos temáticos: alocação de nomes e números; definição de padrões abertos; elaboração de políticas públicas, incluindo instâncias de discussão multissetorial de nível local, regional, nacional ou internacional.

No âmbito da alocação de nomes e números, o foro é a IANA (*Internet Assigned Numbers Authority*), entidade responsável pela distribuição dos endereços IP e dos números de sistemas autônomos (ASN) aos RIRs, que são os registros regionais e nacionais. A ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*) é responsável pela

coordenação dos nomes de domínios, manutenção dos servidores raiz do DNS (*Domain Name System*), além de dar suporte às atividades da IANA. Para a definição de padrões abertos para a Internet, existe um grupo específico, a IETF (*Internet Engineering Task Force*).

Há também o W3C Consortium, que é um consórcio internacional de empresas, órgãos governamentais e outras entidades, que trabalham junto ao público para desenvolver padrões especificamente para a Web. Esses fóruns desenvolvem padrões abertos que podem ser adotados voluntariamente pela comunidade e pelas empresas de tecnologia.

O IGF (*Internet Governance Forum*), coordenado pela ONU, é um fórum para a discussão de todos os aspectos pertinentes à Governança da Internet, que ilustra o agrupamento criado para definição de políticas públicas envolvendo debates mais amplos, como por exemplo, a abordagem de aspectos envolvendo os direitos humanos. Dentre as instâncias de âmbito nacional, o Brasil adotou um

**O modelo multissetorial tem sido adotado como a forma preferida de governança pela comunidade da Internet e vem se consolidando ao longo dos anos.**



modelo de governança da Internet elogiado por muitos especialistas internacionais como um bom exemplo. O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) é um colegiado multissetorial, com representantes de quatro setores: governamental, empresarial, comunidade científica e tecnológica, e terceiro setor (ou sociedade civil organizada). Desta forma não há uma centralização do desenvolvimento de diretrizes pelo governo; há uma participação de outros atores interessados, que auxiliam na determinação do que é melhor para a Internet no Brasil.

Uma prática importante adotada pelo ecossistema de Governança da Internet é o multissetorialismo (ou *multistakeholderism*), ou seja, a realização de discussões em pé de igualdade com diferentes partes interessadas visando a tomada de decisão e a construção de políticas públicas para a evolução da Internet em benefício da sociedade. Essa prática é uma evolução do multilateralismo, usada em diversas instâncias da ONU, em que originalmente apenas os representantes dos governos tinham voz nos processos de tomada de decisão. O modelo multissetorial não nasceu no mundo da Internet e o termo foi usado primeiramente no contexto da governança internacional do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. A participação multissetorial emergiu como um conceito chave para a governança da Internet entre as duas fases da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. O termo foi introduzido pelo *Working Group on Internet Governance* (WGIG) em algum momento entre 2003 e 2005.

Apesar do conceito de *multistakeholder* ser amplamente usado na Governança da Internet desde o WSIS, até hoje ele não é definido de maneira clara e direta. Na Declaração de Princípios de Genebra e na Agenda de Tunis -- documentos finais da WSIS --, o conceito é usado, mas não é definido; sua definição é indireta através da definição do processo de Governança da Internet.

Ainda que existam similaridades entre as iniciativas multissetoriais, é importante lembrar que há uma grande variedade delas, sendo que algumas das diferenças encontradas nos diversos fóruns são com relação a:

- Objetivos (por exemplo: entrada para a elaboração de políticas, gestão de conflitos, tomada de decisão, desenvolvimento de projeto ou programa, gerenciamento de recursos, desenvolvimento econômico);
- Assuntos (por exemplo: privacidade, neutralidade de rede, padrões técnicos, direitos humanos);
- Escala (local ou global);
- Participantes (governos, empresas, sociedade civil, comunidade técnica);
- Processos (por exemplo: longa ou curta duração e uso de diferentes métodos).

A opção pelo modelo multissetorial não é uma unanimidade e sofre algumas críticas: aponta-se, por exemplo, que o processo é ineficiente, caro e lento, e frequentemente não estão claros quais são os grupos de *stakeholders* envolvidos e quais são seus papéis e responsabilidades. Os críticos também clamam por uma “maior formalização para a Governança da Internet” há cerca de uma década. Existe também uma possível leitura de que o modelo

multissetorial, em processos globais, acaba por beneficiar mais as democracias desenvolvidas, porque, em algumas partes do mundo, o setor privado e a sociedade civil não têm nível de organização ou de recursos para participar desses debates. Devido às dificuldades que a governança multissetorial pode enfrentar em atribuir direitos e responsabilidades a cada um dos *stakeholders*, críticos duvidam de que este seja um modelo capaz de efetivamente administrar a Internet.

Outra importante questão é a transparência na seleção dos representantes multissetoriais e no processo de representação. Espera-se que o modelo multissetorial resolva todos os problemas de representatividade e de legitimação nas diversas instâncias de Governança da Internet, porém ele, por si só não pode garantir que todos os atores interessados estejam representados nas discussões.

Ainda que haja críticas, o modelo multissetorial tem sido adotado como a forma preferida de governança pela comunidade da Internet e vem se consolidando ao longo dos anos. Como a natureza da Internet é descentralizada, aberta e sem fronteiras, esse é o modelo que melhor se adequa à sua complexidade, pois possui a mesma característica: é aberto à participação de diferentes *stakeholders*; é descentralizado; e não possui fronteiras (ou seja, não há uma única organização ou grupo de pessoas que a governa).



**Nathalia Sautchuk**  
**Patrício** é doutoranda em Engenharia de Computação na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e pesquisadora do CEST-USP.

Coordenador: Edison Spina

Este artigo resulta do trabalho de apuração e análise da autora, não refletindo obrigatoriamente a opinião do CEST.